**TERMO DE INDICIAÇÃO**

A Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização designada pela Portaria nº (NÚMERO), de (DIA)/(MÊS)/(ANO), publicada no DOU nº (NÚMERO), de (DIA)/(MÊS)/(ANO), da lavra do (a) (CARGO E ÓRGÃO DA AUTORIDADE INSTAURADORA), decide INDICIAR a pessoa jurídica (NOME), CNPJ (NÚMERO), por supostamente praticar (DESCREVER O ATO LESIVO), incidindo no ato lesivo tipificado em (CITAR O DISPOSITIVO LEGAL DO ATO LESIVO), com base nas razões de fato e de direito a seguir explicitadas.

**I – Breve histórico**

1. A pessoa jurídica (NOME), CNPJ (NÚMERO), (PORTE DA PESSOA JURÍDICA), (INDICAR A ATIVIDADE PRODUTIVA DA PESSOA JURÍDICA), e o órgão/entidade lesado (IDENTIFICAR O ÓRGÃO), (DESCREVER A RELAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA ACUSADA COM O ÓRGÃO/ENTIDADE), (INFORMAR DATA DA RELAÇÃO), (INFORMAR VALORES ENVOLVIDOS, SE FOR O CASO), conforme fls. (INDICAR FLS. DO PROCESSO EM QUE CONSTAM OS DOCUMENTOS EM REFERÊNCIA).
2. A investigação (DESCREVER A INVESTIGAÇÃO, DATA E VALORES, SE FOR O CASO). (fls.) (INDICAR FLS. DO PROCESSO EM QUE CONSTAM OS DOCUMENTOS EM REFERÊNCIA).
3. Com base nessa investigação, esse (a) (ÓRGÃO/ENTIDADE AO QUAL SE VINCULA A AUTORIDADE INSTAURADORA) verificou a existência de indícios (DESCREVER O ATO LESIVO, DATA DA PRÁTICA, DATA DA CIÊNCIA E VALORES, SE FOR O CASO). (fls.). (INDICAR FLS. DO PROCESSO EM QUE CONSTAM OS DOCUMENTOS EM REFERÊNCIA).
4. Diante disso, esse (a) (ÓRGÃO/ENTIDADE AO QUAL SE VINCULA A AUTORIDADE INSTAURADORA) instaurou o presente PAR, em (DIA)/(MÊS)/(ANO). (fls.). (INDICAR FLS. DO PROCESSO EM QUE CONSTA A PORTARIA DE INSTAURAÇÃO)

**II – Fato, autor, circunstâncias e provas**

1. Com fulcro nessa Lei e nas provas constantes dos autos, a CPAR verificou (RESUMO DA ESTRUTURA DE RESPONSABILIZAÇÃO, CONTENDO SUJEITO ATIVO, SUJEITO PASSIVO, CONDUTA, INTERESSE/BENEFÍCIO, TIPICIDADE, CULPA/DOLO, NEXO CAUSAL, RESULTADO E VALORES, CONFORME O CASO).
2. Pois bem. (FRACIONAR A ESTRUTURA DA RESPONSABILIZAÇÃO E EM PARÁGRAFOS E INDICAR AS PROVAS QUE FUNDAMENTAM A ACUSAÇÃO, COM INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO NO PROCESSO - FLS).
3. Portanto, (CONCLUIR COM O RESUMO DA ESTRUTURA DE RESPONSABILIZAÇÃO).

**III – Enquadramento legal**

1. A CPAR entende que a conduta perpetrada pela pessoa jurídica (NOME) enquadra-se no ato lesivo tipificado no artigo (INDICAR DISPOSITIVO LEGAL DO ATO LESIVO IMPUTADO), tendo em vista que a aludida pessoa jurídica praticou (DESCREVER O ATO LESIVO).

**IV – Desconsideração da personalidade jurídica (se for o caso)**

1. As provas acima mencionadas permitem concluir que (NOME DOS SÓCIOS QUE TERIAM ATUADO COM ABUSO) utilizou/utilizaram a pessoa jurídica (NOME) para cometer ato ilícito, isto é, para (RESUMO DA ESTRUTURA DE RESPONSABILIZAÇÃO).
2. Conforme disposto no artigo 50 do Código Civil, na redação atribuída pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica), é possível desconsiderar a personalidade jurídica de empresa para alcançar o patrimônio do sócio, quando utilizada para o cometimento de atos ilícitos.
3. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não é extensível a todos os sócios, mas apenas àqueles com poderes de administração, a despeito de não afastar a responsabilidade de outros sócios-administradores. Dispondo sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Lei nº 12.846/2013 trouxe a previsão da desconsideração da personalidade jurídica no artigo 14, também exigindo, para extensão dos efeitos da sanção administrativa ao patrimônio dos sócios e administradores, a comprovação do abuso do direito por esses agentes.
4. Pois bem. (INDICAR OS FUNDAMENTOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E AS PROVAS, COM INDICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO NO PROCESSO - FLS).
5. Portanto, (REPETIR OS FUNDAMENTOS PARA A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA).

**V – Conclusão**

1. Em face do exposto, com fulcro no art. 11 da Lei nº 12.846/2013 c/c art. 16 da Instrução Normativa CGU nº 13/2019, resguardados os direitos e garantias fundamentais, em especial os previstos no art. 5º da Constituição da República, a Comissão decide **INTIMAR** a pessoa jurídica (NOME) para, no prazo de 30 dias a contar do recebimento da intimação, sob pena de preclusão:
2. tomar conhecimento do inteiro teor dos autos, em especial do presente termo de indiciação (importa registrar que a CPAR, apesar de, no intuito de cooperar com a defesa, ter apontado provas específicas ao longo do termo de indiciação, se valeu de todas as provas constantes dos autos para elaboração dessa peça de acusação);
3. apresentar defesa escrita e todas as provas que entenda relevante para o caso, inclusive relacionadas à dosimetria de potenciais penas, considerando até mesmo possíveis fatores agravantes e atenuantes, observando-se o disposto no art. 192 do CPC quanto a obrigatoriedade da apresentação de documentos em língua portuguesa ou acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado;
4. especificar eventual rol de testemunhas e/ou informantes que pretende que sejam ouvidas, justificando detalhadamente a relevância de cada uma delas para a elucidação dos fatos sob apuração;
5. apresentar o conjunto completo das demonstrações financeiras do exercício XX, nos termos das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), para análise dos parâmetros previstos nos artigos 20 a 27 do Decreto nº 11.129/2022 (principalmente o Balanço Patrimonial - BP, a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e as Notas Explicativas); (usar esse formato nos casos de empresas com sede no exterior)
6. apresentar o conjunto completo das demonstrações financeiras do exercício XX, nos termos da NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para análise dos parâmetros previstos nos artigos 20 a 27 do Decreto nº 11.129/2022 (principalmente o Balanço Patrimonial - BP, a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e as Notas Explicativas); (usar esse formato no caso de sociedades de grande porte, enquadradas nos termos da Lei n. 11.638/2007)
7. Apresentar as demonstrações contábeis do exercício XX, previstas na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para análise dos parâmetros previstos nos artigos 20 a 27 do Decreto nº 11.129/2022 (principalmente o Balanço Patrimonial - BP, a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e as Notas Explicativas); (usar esse formato no caso de empresas de pequeno e médio porte – PMEs)
8. apresentar o parecer de auditoria independente, se existente, sobre o conjunto completo das demonstrações financeiras do exercício XX, para análise dos parâmetros previstos nos artigos 20 a 27 do Decreto nº 11.129/2022;
9. apresentar o faturamento bruto do exercício XX, excluídos os tributos, para análise dos parâmetros previstos nos artigos 20 a 27 do Decreto nº 11.129/2022;
10. apresentar informações e documentos que permitam a análise dos parâmetros previstos no artigo 22, incisos I a VI, e no artigo 23, incisos I a V, do Decreto nº 11.129/2022;
11. apresentar o índice de Solvência Geral, o índice de Liquidez Geral e o resultado líquido, todos do exercício XX, para análise do parâmetro previsto no artigo 22, inc. IV, do Decreto nº 11.129/2022;
12. apresentar comprovante de ressarcimento dos danos, para análise do parâmetro previsto no artigo 23, inc. II, do Decreto nº 11.129/2022;
13. apresentar documentos referentes ao programa de integridade, se existente, exclusivamente por meio dos relatórios de perfil e de conformidade, bem como a planilha de avaliação preenchida e com as devidas comprovações (organizadas de forma sequencial e por tópico, uma para cada pergunta constante na planilha), nos termos da Portaria CGU nº 909/2015, para análise do parâmetro previsto no artigo 23, inc. V, do Decreto nº 11.129/2022 (consultar os modelos dos relatórios de perfil e de conformidade no Manual Prático de Avaliação de Programa de Integridade em PAR, disponível no endereço <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/responsabilizacao-de-empresas>), observando-se o disposto no art. 192 do CPC quanto a obrigatoriedade da apresentação de documentos em língua portuguesa ou acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.

1. Por fim, a título de informação, ressalta-se que a regulamentação referente à Lei n° 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) prevê a possibilidade da pessoa jurídica propor a resolução negociada do processo administrativo de responsabilização, quando reconhece sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados, por meio de dois instrumentos distintos: proposta de celebração de **TERMO DE COMPROMISSO** e proposta de celebração de **ACORDO DE LENIÊNCIA**.
2. Previsto pela Portaria Normativa CGU nº 155/2024, o Termo de Compromisso é ato administrativo negocial decorrente do exercício do poder sancionador do Estado, que visa fomentar a cultura de integridade no setor privado, podendo ensejar: (i) a concessão de atenuantes de até 4,0% no cálculo da multa prevista pela Lei nº 12.846/2013; (ii) a isenção da publicação extraordinária; e, em sendo o caso, (iii) a atenuação das sanções restritivas de licitar e contratar com o Poder Público. O pedido de celebração de termo de compromisso será deferido para a pessoa jurídica que admite sua responsabilidade pelo(s) ato(s) lesivo(s) investigado(s), cessa completamente seu envolvimento na prática do ato lesivo, e se compromete a:
	1. Reparar integralmente a parcela incontroversa do dano causado;
	2. Perder, em favor do ente lesado ou da União, conforme o caso, os valores correspondentes ao acréscimo patrimonial indevido ou ao enriquecimento ilícito direta ou indiretamente obtido da infração;
	3. Comprovar o pagamento da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846/2013 no prazo de até trinta dias após a publicação do deferimento do termo de compromisso pelo Ministro da CGU;
	4. Atender aos pedidos de informação relacionados aos fatos do processo e que sejam de seu conhecimento;
	5. Não interpor recursos administrativos contra a decisão que defira integralmente a proposta;
	6. Dispensar apresentação da peça de defesa, quando cabível; e
	7. Desistir de eventuais ações judiciais, caso existentes, bem como não ajuizar novas demandar relativas ao processo administrativo ou ao termo de compromisso.

Maiores informações sobre o novo instrumento normativo, incluindo a forma de protocolar o pedido junto à CGU, poderão ser encontradas nesse link:

<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/painel-de-responsabilizacao/responsabilizacao-entes-privados/termo-de-compromisso>

E-mails com dúvidas sobre o instituto do termo de compromisso podem ser direcionadas para CGU por esses contatos: sipri.cgipav@cgu.gov.br com cópia para sipri.direp@cgu.gov.br.

O formulário do pedido de celebração do termo de compromisso pode ser encaminhado diretamente para sipri.copar@cgu.gov.br.

1. Existe ainda a possibilidade da pessoa jurídica propor negociação visando a celebração de acordo de leniência, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 16 da Lei nº 12.846/13 c/c com o Capítulo IV do Decreto nº 11.129/2022. Nesse caso, a proposta e tratativas devem ser mantidas com a Diretoria de Acordos de Leniência – DAL, também vinculada à Secretaria de Integridade Privada – SIPRI, na Controladoria-Geral da União - CGU, por meio do endereço eletrônico sipri.dal@cgu.gov.br. Um modelo de proposta de acordo por ser obtido no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/combate-a-corrupcao/acordo-leniencia/como-fazer-um-acordo> .
2. A negociação do acordo de leniência e o Processo Administrativo de Responsabilização são conduzidos simultaneamente e por áreas distintas e, por conseguinte, aquela não produz qualquer efeito processual instantâneo, nem enseja a imediata interrupção da marcha processual deste processo.
3. Por fim, é de se ressaltar que o pedido de celebração de termo de compromisso e a proposta de acordo de leniência recebem tratamento sigiloso, até decisão final. Ademais, tais propostas não poderão constituir prova em desfavor da pessoa jurídica, nos casos de desistência ou indeferimento do pedido pela CGU.

**Orientações para acesso aos autos e peticionamento**

A pessoa jurídica (NOME) pode atuar no processo por meio de seus representantes legais ou procuradores, sendo-lhes assegurado amplo acesso aos autos, conforme as seguintes orientações: (DESCREVER O PASSO-A-PASSO)